

## POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PERCURSOS E DESAFIOS

Jocasta Holanda Bezerra<sup>1</sup>  
Rachel Gadelha Weyne<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo busca compreender o modelo de política cultural adotado pelo Brasil, no que se refere à sua institucionalização e como se estrutura para lidar com a diversidade cultural da sociedade brasileira em diferentes contextos históricos. Interessa-nos refletir sobre algumas indagações importantes: o que conseguimos construir, em termos de políticas culturais, em um país de democracia tão recente e ainda carente de instituições consolidadas no campo da cultura? Que tipo de avanços já foram alcançados e quais desafios ainda precisam ser superados? Busca-se a reflexão crítica de nossas políticas públicas; e principalmente, a possibilidade da construção de uma cultura política plural, contínua e democrática, não submissa e conformada, como argumentado por Jacques Rancière em sua filosofia do *desentendimento*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Cultural. Política Pública. Brasil contemporâneo. Cultura Política.

### Introdução

No presente artigo, busca-se compreender o modelo de política cultural que foi construído pelo Brasil, a partir da análise do seu processo de institucionalização, tendo como base de análise períodos distintos que marcam a política cultural pública do Brasil: o governo reformista de Vargas (1934 a 1945); o investimento em infraestrutura do regime militar (1964 a 1985); a fragilidade institucional e a necessidade de criação de novas bases na redemocratização do país (1985 a 1994) e a cultura política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) com um viés direcionado ao mercado, que, utilizando-se das leis de incentivo estimulou a visão da cultura como um negócio lucrativo; até chegar na gestão de Lula (2002 a 2010), com uma postura mais intervencionista de governo. Nesse percurso, investiga-se como a política cultural se estrutura para lidar com as diversidades e múltiplas realidades sociais e culturais da sociedade brasileira.

Interessa-nos, sobretudo, refletir sobre os avanços e conquistas, que revelam o importante esforço, conceitual e prático, do Estado brasileiro em superar as *tristes tradições*<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará – UECE - jocastrahb@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará – UECE – rachelgadelha@gmail.com

(RUBIM, 2007) da política cultural no Brasil e construir uma nova política cultural democrática, no real sentido de uma política pública e da cultura como cidadania.

Para além do reconhecimento dos avanços, é imprescindível a problematização das conquistas e, especialmente, a discussão sobre os desafios que se colocam nos processos que estão se configurando na política cultural brasileira contemporânea, para que ela de fato possa assumir o real sentido pluralista e democrático, como se pretende.

Para essa reflexão, recorreremos às contribuições dos filósofos Chantal Mouffe e Jacques Rancière, que nos despertam uma visão crítica para se pensar um projeto de construção de uma cultura política, plural e democrática, que se concilia com as dimensões de conflito e antagonismo da política.

Busca-se assim a reflexão crítica de nossas políticas públicas de cultura, de modo que, uma vez que se estrutura para lidar com a diversidade, necessita impreterivelmente, como argumenta os filósofos, que existam os espaços para que as diferenças e os antagonismos possam existir. Uma política cultural democrática só será plural quando possibilitar espaço para o que for livre, isto é, para os dissensos, conflitos e antagonismos.

## **1. Percursos: o lugar do Estado no campo da cultura no Brasil**

No governo de Getúlio Vargas (1934 a 1945), o Brasil vivenciou uma mudança social e econômica com a decadência das oligarquias, a crescente industrialização e surgimento das classes médias urbanas. Foi nesse período que o Estado adotou, pela primeira vez no país, um modelo de administração racional-legal. Surgia uma nova classe média disposta a assumir um papel político administrativo central na construção de uma moderna sociedade industrial urbana e uma administração pública com instituições gerenciadas por uma racional burocracia.

No âmbito da educação e da cultura, sob a condução do ministro Gustavo Capanema, a política estatal atuou sob uma perspectiva intervencionista, lançando bases importantes de atuação em torno da ideia de uma "cultura nacionalista". O Estado implantava uma política de caráter nacional-popular, que visava à valorização do nacionalismo, da brasilidade e do caráter mestiço do povo brasileiro, o que levou a uma maior atenção à diversidade de

---

<sup>3</sup>Como afirma Albino Rubim (2007), a história da política cultural brasileira é marcada por “tristes tradições”: autoritarismos, descontinuidades, fragilidade institucional, centralização de recursos e ações em determinadas áreas culturais e regiões do país.

manifestações culturais. Sob a influência do DASP<sup>4</sup>, o Estado conseguiu reunir uma equipe com solidez intelectual e artística para pensar a gestão pública da cultura no país, contando com ilustres servidores como Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari e Oscar Niemayer, dentre outros.

Segundo Barbalho (2007) o Estado getulista teve uma grande contribuição para a criação de espaços, físicos e simbólicos, constituindo-se em uma primeira tentativa de estruturação de uma política pública de cultura e de construção de uma identidade nacional. Foi nessa gestão que surgiram importantes instituições como Serviço Nacional de Teatro, Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional do Cinema Educativo e Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi também no governo de Vargas que se lançaram as bases do que se poderia chamar de indústria cultural no Brasil, com o apogeu da era do rádio.

No entanto, a gestão do presidente Getúlio foi marcada por contradições e conflitos políticos, o que ocasionou uma oscilação entre períodos de desenvolvimento e populismo com outros de autoritarismo e repressão. Conforme descrito por Rubim (2007), essa foi a primeira vez o Estado nacional realizava um conjunto de intervenções na área da cultura, articulando uma atuação negativa de opressão, repressão e censuras; com outras afirmativas através de formulações, práticas, legislações e novas organizações da cultura.

Os governos que se sucederam não apresentaram um programa cultural consistente. Entretanto, mesmo sem o suporte de uma política pública estruturada, houve um florescimento na música e no cinema. Na economia, foi um período de grandes projetos desenvolvimentistas, inflação galopante, crescimento da dívida externa e baixa produtividade. Surgiram ainda experiências não estatais relevantes como os Centros Populares de Culturas - CPCs da União Nacional dos Estudantes - e a educação de Paulo Freire, identificados com um projeto de construção de uma nova sociedade. Sonhos que foram abortados com o golpe militar e a nova ordem política nacional.

O governo dos militares (1964 a 1985) implantou uma reforma empresarial no Estado, através de uma administração descentralizada. Criou diversas novas instituições públicas, nas formas de administração direta, autarquias e fundações, empresas de economia mista e empresas públicas, distribuídas entre atividade de direção e de execução. Nesse período, se deu a ativação de uma nova política cultural no Brasil, com as seguintes transformações:

A instalação de uma infraestrutura de telecomunicações; a criação de empresas como a Telebrás e Embratel e a implantação de uma lógica de

---

<sup>4</sup>DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público foi um órgão criado em 1938, no Governo de Getúlio Vargas, que visava reformar a administração pública brasileira com um caráter mais racional e burocrático.

indústria cultural são realizações dos governos militares, que controlam rigidamente os meios audiovisuais e buscam integrar simbolicamente o país, de acordo com a política de segurança nacional (RUBIM, 2007, P.20).

O regime militar estimula também a criação de secretarias estaduais de cultura. Segundo Barbalho (2007), a preocupação do Estado se dirige a uma política de integração atrelada ao conceito de uma identidade nacional. Mas diferente do período Vargas, em que os esforços se davam na direção da *construção* de uma identidade e cultura nacional, no governo militar aparece a ideia de *resgate e valorização* de uma identidade nacional, de uma cultura brasileira autêntica, atrelada a formação de um mercado nacional de bens simbólico-culturais. Nesse sentido, são criadas importantes instituições culturais como a Fundação Nacional das Artes, Fundação Pró-Memória, Centro Nacional de Referência Cultural, Radiobrás e Conselho Nacional de Cinema, dentre outras. Em 1975 é lançado o primeiro Plano de Cultura Nacional como objetivo de criar uma política cultural que promova e valorize a cultura nacional. O Brasil também se abre para novas dinâmicas internacionais através dos encontros da UNESCO. No âmbito do patrimônio cultural, são desenvolvidas importantes ações capitaneadas por Aluísio Magalhães.

Com o fim do regime militar e início da redemocratização brasileira, o país se encontrava em meio a sucessivas crises financeiras, onde se intercalavam momentos de esperança e descrença em relação à viabilidade do Brasil.

O país se fez democrático convivendo com picos de inflação e planos econômicos que não obtiveram êxito. Nesse ínterim ocorreram importantes mudanças nas políticas sociais como o pacto federativo, que priorizou o município como campo de implantação e espaço das deliberações democráticas. Foram criadas diversas políticas na área de saúde, educação e assistência social e observou-se uma gradativa participação da sociedade civil nas políticas públicas, conduzida pelo ativismo dos movimentos sociais.

Todo esse contexto impacta e impõe novos rumos para o campo das políticas públicas de cultura do país. Por um lado, há um esvaziamento de recursos públicos para a área da cultura. Por outro, passa a existir uma contínua transferência para o setor privado da responsabilidade de incentivo à produção cultural nacional.

O governo do presidente Sarney (1985 a 1990) foi responsável pela criação da primeira lei de incentivo à cultura no Brasil, na gestão de Celso Furtado, ex-daspiiano e ministro da cultura, que pouco tempo depois foi revogada. Interessante destacar que, em épocas de profundas mudanças sociais e de um novo processo de institucionalização da

cultura, o economista Furtado destaca a criatividade como importante pauta da política cultural. Segundo ele:

A política cultural que se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar (FURTADO, 2012, P.41).

Celso Furtado, em sua curta permanência no Ministério (1986 a 1988), plantou algumas bases importantes para a política cultural no Brasil. Além da valorização da arte e da criatividade do povo brasileiro, trouxe a compreensão da dimensão da cultura como processo produtivo e não apenas como produtora de bens simbólicos e a necessidade de diagnósticos com a contratação da primeira pesquisa do setor, feita pela Fundação João Pinheiro (MAGALHÃES, 2012).

As formulações iniciais de Furtado não tiveram continuidade na gestão do Presidente Collor (1990 a 1992), um período conturbado no campo político, econômico e social. As crises oriundas da busca de resolução das mazelas econômicas e sociais que afligiam o Brasil impactaram também nas políticas públicas da cultura, que sofreram o desmonte de instituições importantes como Embrafilme, Funarte, Concine, Pró-Memória e Fundacem. No entanto, foi nessa gestão que foi criada a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura<sup>5</sup>, que viria posteriormente a se transformar em um importante mecanismo de financiamento a projetos culturais no Brasil.

Com o início de uma política cultural baseada na lógica neoliberal, na prevalência do investimento privado na área da cultura, por meio da Lei Rouanet, há um declínio do interesse do Estado pela formulação de políticas para a identidade e a diversidade de manifestações culturais nacionais, o que prevaleceu nos períodos antecedentes.

Na gestão seguinte, do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), o Brasil alcançou uma estabilidade econômica, ancorada na estabilidade do Plano Real com um governo identificado com um Estado Regulador, uma administração pautada pela eficiência e gerenciamento público e políticas orientadas para o mercado.

---

<sup>5</sup>A Lei no 8.313, conhecida como Lei Rouanet, em alusão ao intelectual e diplomata Paulo Sérgio Rouanet, Ministro da Cultura da época e criador da Lei, tem como princípio a renúncia fiscal por parte do Governo como estímulo à participação da iniciativa privada no apoio a projetos culturais, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

O governo de FHC investiu ainda na reformulação do pacto federativo, reestruturação econômica e adoção de uma nova concepção de administração pública, denominada gerencial. Nessa nova ordem, o Estado deveria se ater exclusivamente à política social estimulando a privatização e investimentos econômicos do setor privado. Passava-se a esperar das instituições públicas autonomia financeira e administração voltada para resultados, semelhantes a uma lógica empresarial. Essa filosofia teve um impacto direto na área cultural.

Durante o governo de FHC, as políticas públicas estiveram sob a égide do mercado, atingindo seu ápice com a ativação e enaltecimento da lei de incentivo à cultura, Lei Rouanet, que promoveu uma política pautada no patrocínio cultural e no deslocamento de poder para a esfera privada. O crescimento do mercado cultural e a visão da cultura como negócio foram algumas das heranças da gestão FHC.

A Lei Rouanet foi o grande instrumento de política pública da gestão de FHC, recurso que proporcionou o surgimento de uma série de iniciativas na área da cultura, mas retirou do Estado a importante e imprescindível condução política do processo. Um sistema de financiamento à cultura totalmente adequada a uma concepção econômica neoliberal que defende um Estado de intervenção mínima, atuando em setores essenciais e deixando outros sob a influência direta de um mercado potente e atuante.

Nesse mesmo período, observa-se o surgimento de novas configurações no campo social e político do Brasil como alternativas à cultura neoliberal vigente. As lutas sociais e o processo de organização popular fizeram com que em 1989 a nordestina Luiza Erundina fosse eleita prefeita do município de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que por sua vez convidou a filósofa Marilena Chauí para assumir a pasta da secretaria de Cultura. Marilena Chauí, uma respeitada intelectual brasileira, pautou sua gestão pela recusa das três concepções de política cultural oficial brasileira: aquela produzida pelo estado, a populista e a neoliberal. E instituiu o conceito de Cidadania Cultural, apregoando a cultura como um direito do cidadão. Segundo sua própria definição “tratava-se de uma tomada de posição quanto ao modo de inserção da cultura na sociedade de classes, na república e na democracia” (CHAUÍ, 2006, P.69).

Com essa nova concepção, plantou as bases do que viria ser o modelo de política cultural do futuro governo nacional petista, a partir de 2003. Uma tomada de posição que traria novos significados, segundo ela:

Isto significa que [a nova Secretaria] tomará a cultura como um direito do cidadão e, em particular, como direito à criação desse direito por todos que tem sido sistemática e deliberadamente excluídos do direito à cultura neste

país: os trabalhadores, tidos como incompetentes sociais, submetidos à condição de receptores de ideias, ordens, normas, valores e práticas cuja origem, cujo sentido e cuja finalidade lhe escapa (CHAUÍ, 2006, P.70).

No cenário internacional, a cultura também passava a ser alvo de reivindicação por diversos segmentos da sociedade civil global e por alguns organismos transnacionais, que exigiam sua regulamentação, definição e normatização, em face das profundas transformações ocorridas no século XX. No final da década de 70 e ao longo dos anos 80, assistiu-se a expansão dos mercados culturais, a maior dinamização do processo de globalização cultural, a preocupação com a homogeneização cultural, o avanço das novas tecnologias da informação, os movimentos e conflitos de matriz étnico-religioso<sup>6</sup>; todos esses fenômenos sociais colocaram em pauta a urgência de discussões a cerca do tema da diversidade e da identidade cultural em todo o globo.

Apropriando-se desse debate e reivindicando a cultura como uma das áreas de sua competência específica, a UNESCO<sup>7</sup> passou a encabeçar estas discussões e realizar inúmeras convenções<sup>8</sup>, com o objetivo de regulamentar e formular recomendações para a valorização da diversidade cultural como estratégia para resolução de conflitos e como fator de desenvolvimento social (PITOMBO in ALVES, 2011b).

De acordo com Elder P. Alves (2011a, P.223), a partir dos anos noventa, a UNESCO passou a ser uma “espécie de núcleo global das tensões envolvendo cultura e desenvolvimento”. Neste momento, o conceito de cultura já tinha se ampliado e penetrado a temática da economia e do desenvolvimento, devido “ao crescimento da demanda por bens e serviços culturais em todo o mundo” e o entendimento de que a “totalidade de hábitos, crenças, valores e costumes culturais deveriam ser considerados como um espaço central das políticas de desenvolvimento material” (ALVES, 2011a, p. 233). Assim, a UNESCO traz o tema da diversidade cultural para a ordem do dia.

Surge então um grande apelo global em nome da preservação e promoção da identidade e diversidade cultural. A UNESCO passou a definir instrumentos jurídicos de proteção e promoção da diversidade, entre elas a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, em 2001, a *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, em 2003, e a *Convenção Sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões*

---

<sup>6</sup> Fenômenos sociais como o apartheid, as guerras civis travadas no Oriente médio, no Leste europeu e na África, e ameaças por grupos extremistas como Al Qaeda (PITOMBO in ALVES, 2011b).

<sup>7</sup> Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura.

<sup>8</sup> A convenção tem força de lei, é considerada o instrumento jurídico mais poderoso e com maior eficácia jurídica no âmbito transnacional (ALVES, 2011a).

*Culturais*, em 2005. Esta última marca a consolidação de um conjunto de instrumentos jurídicos formulados pela UNESCO desde a década de 1970.

Forma-se, assim, uma tendência mundial que aponta para o reconhecimento e valorização da diversidade e da identidade cultural e para o uso estratégico da cultura como fator de desenvolvimento social e econômico.

### **Conquistas: a retomada do papel do Estado e a Democracia**

Foi nesse cenário global que, em 2002, tomou posse o presidente Lula (2002 a 2010), e através dos seus ministros da cultura Gilberto Gil (2002-2007) e Juca Ferreira (2008-2010) deram continuidade aos princípios formulados por Chauí e aos novos preceitos internacionais, comprometendo-se a repensar a política cultural e construir outra agenda pública para a cultura.

Em seu discurso de posse, Gilberto Gil (2003) afirma que se inaugura uma “nova fase na política cultural do país”. O Ministério inicia sua gestão pautada em duas questões: ampliação do conceito de *cultura*, como “usina de símbolos”, no sentido “antropológico” – com a preocupação em “revelar os brasis”, suas múltiplas manifestações culturais; e na retomada do papel ativo do Estado na formulação de políticas culturais, procurando, sobretudo, estabelecer diálogo e compartilhar com a sociedade brasileira a revisão, formulação e execução das políticas públicas de cultura.

Essa nova visão possibilitou uma retomada do papel intervencionista do Estado e a reestruturação institucional do Ministério da Cultura (MinC), que criou secretarias e programas para atender a novas áreas culturais através de processos de construção de políticas culturais mais democráticos. A cultura passou a ser entendida como importante instrumento de inclusão social, cidadania e desenvolvimento. A ênfase saía do mercado, o que até então prevalecia na política cultural brasileira, para o social, com programas e ações direcionados a todos os “cantos e recantos do Brasil”. Embora o uso do conceito “antropológico” de cultura e a valorização da diversidade cultural não seja uma novidade histórica nas políticas culturais no Brasil, agora se torna mais consistente em um amplo conjunto de ações e programas políticos.

Em 2003, o governo brasileiro se torna referência mundial pela criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MinC), experiência inédita no mundo, responsável por fomentar políticas para a diversidade cultural brasileira. Através dela o MinC



passou a desenvolver uma série de ações que o governo se propunha para os grupos e redes que formam a diversidade cultural brasileira.

Alguns programas buscaram sistematizar a atuação do Ministério em nível nacional, descentralizando e ampliando o apoio do MinC às instituições e grupos culturais de todo o país, como o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania -*Cultura Viva*<sup>9</sup>, criado em 2005 através da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC). O Programa Cultura Viva, através dos editais do Ponto de Cultura, privilegia o investimento público direto nos projetos da sociedade civil, que tem como foco primordial promover a acessibilidade à cultura – produção, fruição, difusão – e inclusão de novos agentes no atendimento das políticas culturais, sem restrição de segmento, expressão cultural, condição social ou posição geográfica. Funciona, desse modo, como o principal fomentador da diversidade de expressões culturais brasileiras<sup>10</sup> (IPEA, 2011).

Em relação ao sistema de financiamento à cultura por meio de leis de incentivo fiscal, o governo Lula propôs, pela primeira vez, uma revisão pública para corrigir as deficiências e limitações da Lei Rouanet. Como resultado de diversos fóruns públicos, a proposta de mudança se encontra atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, como Programa Nacional de Incentivo à Cultura – PROCULTURA. Esta alteração procura corrigir antigas distorções do programa, de forma a aferir mais peso político e recursos financeiros ao Estado, diminuir as desigualdades regionais, estimular a inserção de novos atores, dentre outros.

Como alternativa de financiamento à cultura, o governo Lula também foi responsável pela criação de uma política de editais, com objetivo de estimular segmentos culturais estabelecidos como prioritários pela nova política cultural do governo; seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Enquadram-se nessa categoria projetos na área de cultura Afro-Brasileira; Identidade e Diversidade; Patrimônio Imaterial; Economia Criativa; Educação e Cultura; Intercâmbios Culturais com países da América do Sul e da Lusofonia; Produções Culturais em Comunidades Indígenas e Territórios com Baixos IDHs; Cultura LGBT; Culturas Tradicionais e Populares, entre outros (SALGADO ET AL in RUBIM, 2010).

---

<sup>9</sup> O Programa foi concebido, inicialmente, por meio de cinco ações interdependentes: *Agente Cultura Viva*, incentiva o jovem a iniciar uma profissão relacionada à cultura; *Cultura Digital*, promove a inclusão digital com o uso de estúdio multimídia e tecnologias digitais; *Escola Viva*, visa integrar os Pontos à escola; *Ação Griô*, promove a valorização dos mestres dos saberes tradicionais e populares; e, a ação prioritária e mediadora das demais ações do Cultura Viva, o *Ponto de Cultura* (MINC: 2004).

<sup>10</sup> O Projeto de Lei (PL) Cultura Viva que tramitava desde 2011 para se tornar política de Estado, como forma de garantir a continuidade do Programa, foi aprovado, em novembro de 2012, e agora se constitui na Lei Cultura Viva [Disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/ficha\\_detramitacao?idProposicao=561468](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/ficha_detramitacao?idProposicao=561468). Acesso em 22/março/2013].

Uma das principais marcas da gestão de Lula foi o processo de descentralização das políticas culturais. A partir da ideia de “cultura para todos”, o Governo pretendia ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e apoiar ações voltadas para integração e inclusão de todos os segmentos sociais, na valorização da diversidade e no diálogo com os múltiplos contextos da sociedade brasileira, nesse sentido foram criados o Programa Mais Cultura e o já citado Cultura Viva<sup>11</sup>. Essa mudança também se alinhava com um dos princípios importantes da gestão de Gil, a federalização das políticas culturais<sup>12</sup>. Nessa perspectiva é que se deu a criação de um Sistema Nacional de Cultura, que consistiu no empenho por parte do Ministério de implantar um sistema de gestão integrado entre as políticas públicas federais, estaduais e municipais.

É preciso destacar ainda no governo Lula o esforço de promover a participação da sociedade civil na construção das políticas públicas de cultura. Esta postura reforça a dimensão cidadã da cultura, já anunciada por Chauí, uma vez que, no Brasil, essas quase sempre foram formuladas de forma autoritária, com pouca ou quase nenhuma participação da sociedade civil, pensadas por intelectuais e decididas pelas instâncias governamentais em sua maioria.

A gestão da cultura no governo Lula chegou ao seu final como um marco para as políticas públicas no que diz respeito, entre outras coisas, à implementação de mecanismos de democracia participativa da sociedade civil na esfera pública. Durante a gestão, foram realizadas amplas consultas nacionais e locais através de fóruns, conferências<sup>13</sup> e conselhos, cujas demandas deram resultado a um conjunto de metas que compõem o Plano Nacional de Cultura. Finalizado na gestão da presidenta Dilma Rousseff (a partir de 2011), o documento apresenta um planejamento de longo prazo para o campo da cultura no país, prevendo 53 metas a serem cumpridas até 2020, com responsabilidades compartilhadas entre estado e sociedade.

---

<sup>11</sup> Mais Cultura. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/iniciativas/mais-cultura> Acesso em 17/abril/2013.

<sup>12</sup> Sobre o Federalismo Cultural ver CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura*: contribuições ao debate. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

<sup>13</sup> Em 2005 foi realizada a I Conferência Nacional de Cultura, com o tema “Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura”, com a participação de 1.200 municípios brasileiros. Em 2009, aconteceu a II Conferência Nacional de Cultura, com o tema “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, contando com o envolvimento de 2.974 municípios, o que equivale a mais de 50% dos municípios do país (SOTO ET AL in RUBIM, 2010).

## **Desafios: a política cultural e a construção de uma cultura política plural**

O Ministério da Cultura, ao longo dos últimos dez anos, plantou bases fundamentais para a consolidação das políticas públicas no Brasil. Houve um esforço continuado de fortalecimento das instituições culturais e de estabelecimento das diretrizes que pautam hoje o modelo de política vigente no país, amparado na valorização de construção de uma democracia cultural e na utilização desta como instrumento de inclusão social. Visão política explicitada em projetos, ações e programas, orçamentos, legislações, metas, e na criação de um sistema e de um plano nacional de cultura.

Apesar dos incontestáveis avanços na política cultural do governo Lula, é importante registrar algumas questões que surgiram no decorrer do processo e que ainda precisam ser melhor compreendidas e superadas. O aumento do espectro conceitual da cultura e a inserção de novos atores nos programas de governo traz a tona uma dificuldade desses agentes em lidar com exigências burocráticas e padrões de gestão profissionalizada. A oferta de inúmeros editais como forma de estimular demandas em áreas de interesse do Estado, por vezes remetem a “dispositivos de governamentalidade”, nos termos do filósofo Michel Foucault, com induções e direcionamento que incidem sobre as práticas e os saberes culturais.

A política dos Pontos de Cultura<sup>14</sup>, por exemplo, embora tenha trazido um modelo criativo e inovador para a gestão pública da cultura, na prática, diante da estrutura estatal burocrática e rígida, fez com que muitos grupos culturais se deparassem com enormes desafios, e se vissem sufocados frente a um sistema legal inadequado a projetos como este. Desse modo, a tentativa de liberar as forças e potencialidades criativas, terminou por engessar atividades e se mostrar excludente.

A valorização do tema da cultura e sua ampla utilização como *recurso*<sup>15</sup> se, por um lado, estimulou o interesse pelo campo da cultura e favoreceu o aumento da demanda por projetos culturais, por outro, parece ter relegado ao segundo plano a expressão cultural em si e força criativa do povo, como apregoava Furtado.

Outro aspecto a ser considerado é que, apesar do esforço de implantação de estruturas importantes e necessárias para a consolidação de uma política cultural que atenda a um país

---

<sup>14</sup>A ação Pontos de Cultura prevê o apoio financeiro e institucional do MinC a projetos desenvolvidas pela sociedade civil. A ideia é potencializar ações culturais já desenvolvidas nas localidades e garantir o direito de produção e difusão, por meio de um novo modelo da gestão transversal, compartilhada entre Estado e Sociedade Civil.

<sup>15</sup>De acordo com Miller e Yúdice (2004), a cultura vem sendo utilizada progressivamente como importante recurso para a obtenção de fins sociopolíticos e econômicos e minimização de problemas sociais. Conforme assinala os autores “a cultura não é mais experimentada, valorizada ou compreendida como transcendente. A arte e a cultura são vistas como fundamentalmente interessadas” (MILLER; YÚDICE, 2004, P.27/28).

de proporções continentais como o Brasil, ainda são frágeis as bases que a sustentam, tanto no plano orçamentário, como na participação popular ampla e plural. Todas essas constatações nos remetem ainda a reflexão de que, apesar da relevância do recém criado Plano Nacional de Cultura, ainda teremos um caminho a percorrer para que as suas metas sejam absorvidas e compartilhadas com amplos setores da sociedade brasileira.

Em síntese, o Ministério teve o importante mérito de definir uma direção, delinear o que deve ser feito e preparar as bases para executar todas as intervenções no campo da cultura para os próximos anos, conforme expresso no Plano Nacional de Cultura. O principal desafio agora é: como construir efetivamente o que foi traçado? Como criar bases sólidas para a construção e consolidação de uma política cultural compatível com o modelo que o Estado brasileiro vislumbra no Plano Nacional de Cultura, isto é, uma política democrática e pluralista?

Para o estabelecimento de uma política que acolha e promova a produção nacional na sua diversidade de culturas e diferenças, isto é, uma política de perspectivas democrática e pluralista, alguns desafios se configuram como imprescindíveis de serem aprofundados, sobretudo, em relação às suas dimensões **política e criativa**.

Dessa forma, há de se readequar estratégias para que a dimensão criativa não seja moldada pelo direcionismo e racionalidade política, pois esta diz respeito, sobretudo, ao que não pode e não deve se “enquadrar” em projetos, o que não deve ser “domesticado” pela burocracia estatal. Atentar para que a cultura não esteja submetida, em última instância, ao uso utilitário como recurso da inclusão e do desenvolvimento social, ou da expressão em si. As novas políticas culturais deverão ter como meta conjugar esforços para promover a liberação das forças criativas da sociedade.

É necessário, desse modo, retomar a defesa de Celso Furtado (2012) de uma política cultural da criatividade, como o estímulo organizado a formas criativas que enriqueçam a vida dos membros da coletividade e ampliem as possibilidades dos seres humanos em seus múltiplos aspectos.

Compreender que o espaço para a criatividade é o espaço da indeterminação, isto é, o que pode surgir que não está previsto. Como afirma a filósofa Chantal Mouffe “é esta indeterminação que constitui a condição de existência da política democrática” (MOUFFE, 1996, P.195). É necessário, portanto, “deixar espaço à indeterminação e adequar-se melhor à consideração do conflito e do antagonismo”. Desse modo, deixar fluir as forças criativas, manter espaços para o que não está previsto, encarar a política, assim como a cultura, como

um processo dinâmico, criativo e conflituoso é abrir os caminhos para a construção de uma cultura política plural e democrática.

Este é outro importante desafio que se impõe à política cultural brasileira, o resgate do **político**, no sentido da construção de espaços de participação política que possibilitem o embate político, os dissensos, os conflitos, os antagonismos.

Como alerta Jacques Rancière (1996), o consenso tem uma função hegemônica. Onde há consenso, segundo o autor, raramente há política. Desse modo, a democracia se faz no terreno do dissenso e não no consenso. De acordo com Rancière (1996), e em sintonia com a ideia defendida pela Chantal, o dissenso e a conflitualidade potencializam a política democrática, quanto ao consenso, este a inviabiliza e neutraliza a diferença.

Nesse sentido, a política cultural deve se afastar da ideia de democracia liberal, que exige o consenso. Uma política cultural democrática só será plural quando tiver espaço para o que for livre, isto é, espaço para que a diferença e o antagonismo possam existir. Assim é preciso atentar que a política cultural não pode se relacionar apenas com a participação nos espaços oficiais, mas deve se preparar para lidar com a participação que também se dá nas manifestações libertárias, espontâneas e criativas da sociedade, que não se traduzem (ou não queiram se enquadrar) em metas, objetivos, programas e diretrizes públicas.

De acordo com Chantal Mouffe (1996) é necessário valorizar o pluralismo em suas múltiplas dimensões, no que diz respeito a culturas e a sujeitos:

Temos de criar espaço para o pluralismo de culturas, formas coletivas de vida e regimes, bem como para o pluralismo de sujeitos, opções individuais e concepções do bem, o que tem conseqüências extremamente importantes na política. Porque no reino da política, uma vez garantida a pluralidade de valores, bem como a sua natureza conflituante, a indeterminação não pode ter a última palavra (MOUFFE, 1996, P.201).

Nessa perspectiva, Chantal Mouffe (1996) defende uma política democrática radical e plural, que é a radicalização do projeto democrático liberal que concilia-se com a dimensão de conflito e antagonismo da política, isto é, possibilita espaços para os antagonismos e articulação das diversas lutas de resistência e aceita as conseqüências da irreduzível pluralidade de valores. Apresenta assim uma nova concepção de cidadania, para além do que já esta se construindo no Brasil, ao propor a radicalização dos espaços de participação, muito além de uma concepção de cidadania neutra e aplicável a todos os membros, mas a cidadania como um princípio articulador de participação que possibilita a manifestação da diferença e do antagonismo.

Sem esses espaços para a manifestação da diferença, corre-se o risco das políticas culturais que se apresentam como pluralistas, falharem na sua tarefa, e construir identidades essencialistas sobre o que é a cultura afro-brasileira, a cultura popular, a cultura indígena, por exemplo.

Podemos então afirmar que para a construção das bases para a implantação do Plano Nacional de Cultura no Brasil e para a construção de uma política para a diversidade cultural, é necessário que se tenha os espaços para a participação plural (diversidade cultural/diferenças e antagonismos), isto é, radicalizar a cidadania cultural, e, por outro lado, abrir espaços para liberar as forças criativas, para o enriquecimento da vida cotidiana, para a criatividade não conformada com objetivos pré-definidos e mensuráveis de projetos e programas das políticas culturais.

É nessa direção que construiremos uma cultura política plural, democrática, não submissa e conformada, como argumentado por Jacques Rancière em sua filosofia do *desentendimento* (RANCIÈRE, 1996). Uma política criativa que não é engessada pelo aparato burocrático, que se move dinâmica, orgânica, que possibilita a ligação entre a política e novas éticas, e estimula a cultura da diferença, nas possibilidades de criação e interação, e a convivência com as diferenças.

É essa a grande tarefa que parece se vislumbrar no cenário das políticas públicas de cultura no Brasil. É esse o trajeto que precisa ser percorrido para uma construção compartilhada e dinâmica das metas constantes no Plano Nacional de Cultura.

## **Bibliografia**

ALVES, Elder P. Maia. **A Economia Simbólica da Cultura Popular Sertanejo-Nordestina**. Maceió: EDUFAL, 2011(a).

BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença** in RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (orgs). *Políticas Culturais no Brasil*. Coleção Cult. Salvador: EdUFBA, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura**: contribuições ao debate. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FURTADO, Celso (Org. Rosa Furtado). **Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

GIL, Gilberto. **Experimentação, memória e invenção**. Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo, em Brasília, a 2 de janeiro de 2003 in: Caderno Cultura Viva. 3ª Ed. Brasília: MinC, 2004. P. 40-43

**Lei Cultura Viva**. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichade tramitacao? idProposicao=561468>. Acesso em 22 de março de 2013.

MAGALHÃES, Fabio. **Celso Furtado e os desafios do Ministério da Cultura In: FURTADO, Celso (Org. Rosa Furtado). Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

**Mais Cultura**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/iniciativas/mais-cultura> Acesso em 17/abril/2013.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Política cultural**. Barcelona, Gedisa, 2004.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa, Gradiva, 1996.

PITOMBO, Mariella. **A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da UNESCO** in ALVES, Elder P. Maia (Org). Políticas Culturais para as culturas populares no Brasil Contemporâneo. Maceió: EDUFAL, 2011(b).

**Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2011.

**Programa Cultura Viva**. Brasília: MinC: 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: Política e filosofia**. São Paulo, 34, 1996.

RUBIM, Albino. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios**. In RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (orgs). Políticas Culturais no Brasil. Coleção Cult. Salvador: EdUFBA, 2007.

SALGADO, Gabriel Melo ET AL. **As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma** in RUBIM, Albino Canelas (Org.). Políticas Culturais no governo Lula. Coleção Cult. Salvador: EdUFBA, 2010.

SOTO, Cecília ET AL. **Políticas Públicas de cultura: os mecanismos de participação social** in RUBIM, Albino Canelas (Org.). Políticas Culturais no governo Lula. Coleção Cult. Salvador: EdUFBA, 2010.